

ATA DA 096ª SESSÃO ORDINÁRIA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2024
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Alex Brasil - Altair Silva - Ana Campagnolo - Camilo Martins - Carlos Humberto - Delegado Egidio - Emerson Stein - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Lucas Neves - Luciane Carminatti - Lunelli - Marcos da Rosa - Marcos Vieira - Mário Motta - Marquito - Matheus Cadorin - Mauro De Nadal - Napoleão Bernardes - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Oscar Gutz - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Pepê Collaço - Rodrigo Minotto - Sargento Lima - Sérgio Guimarães - Sergio Motta - Soratto - Tiago Zilli - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Mauro De Nadal
Deputado Padre Pedro Baldissera
Deputado Marcos da Rosa

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador)- Comenta que, em meados do ano de 2020, os militares da reserva perderam o direito à Iresa. O governador da época incorporou esse direito no subsídio dos policiais da ativa, mas, para não fazer a reposição de direitos dos policiais da reserva, ele extinguiu o grau superior. Entretanto, por meio de uma emenda, tentamos recuperar esse direito perdido, sem sucesso.

Afirma que as esperanças foram renovadas quando, durante a campanha, o governador atual se

comprometeu a devolver este direito adquirido. Contudo, desde fevereiro de 2023, em todas as reuniões, tem sido pleiteado, buscando convencer os secretários sobre a legalidade jurídica de conceder o direito prometido.

Relata que é um problema que precisa ser resolvido e que pessoas mal-intencionadas têm prejudicado as instituições Triângulo Dourado e Aprasc, que têm sido fundamentais nas reuniões com o governo do estado.

Solicita aos amigos da reserva que não se deixem influenciar por aqueles que criticam as instituições como se pudessem resolver o problema, uma vez que o máximo que podem fazer é pleitear soluções. [Taquigrafia: Jênifer]

DEPUTADO MÁRIO MOTTA (Orador)- Informa que a saúde mental dos jovens nas escolas públicas e privadas de Santa Catarina precisa de atenção imediata e urgente. Como representantes do povo catarinense, é necessário tratar com seriedade este problema, que vem se agravando nas instituições de ensino. Chama a atenção para o aumento expressivo do número de estudantes vítimas de *bullying*, pois, segundo pesquisas, o percentual subiu de 30,9% em 2009 para 40,5% em 2019, um aumento que revela uma realidade preocupante e que exige de todos os envolvidos ações concretas e imediatas.

Afirma que a Pandemia da Covid-19 agravou os problemas de saúde mental dos jovens, intensificando o isolamento social, a ansiedade e a depressão. Isso demonstra a necessidade de políticas públicas que abordem a saúde emocional dos alunos de forma preventiva e estruturada.

Relata que é preciso agir para que as escolas tenham espaços seguros e acolhedores para todos, ou talvez não tenhamos mais tempo.

Menciona iniciativas de outros estados, onde alunos e professores têm acesso a profissionais que ajudam a lidar com problemas como *bullying*, dificuldades causadas pela pandemia e a depressão, resultando em um ambiente mais leve e feliz, onde todos se sentem acolhidos. Essas experiências

mostram que com equipes capacitadas e instruídas podem promover ambientes saudáveis e acolhedores. Portanto, diante dessas experiências bem-sucedidas comenta que vai apresentar uma indicação ao Secretário de Educação para a realização de estudo de viabilidade, visando implementar estes programas em nossas escolas, pois a saúde mental de nossas crianças e adolescentes é um pilar fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade justa e equilibrada. *[Taquiografia: Jênifer]*

DEPUTADO MARCOS DA ROSA (Orador) - Comenta sobre um tema que entristece e envergonha a população catarinense que é a pichação.

Lembra que isso ocorre em cidades de grande e pequeno porte e que não faz parte da cultura catarinense. Fala também que este ato é crime passível de multa e prisão, é depredação do patrimônio público, sujando a cidade.

Apresenta imagens em plenário de diversas pichações em diversas cidades e discorre sobre um programa, Santa Catarina sem Pichação e Pró Arte, visando à educação e promoção da arte do grafite e repressão.

Fala de como se dará o programa no estado visando focar na área da educação da sociedade catarinense juntamente com a Segurança Pública, preservando a cultura da limpeza e do respeito ao próximo.

Diz que a promoção do grafite é essencial, visando o talento e o desenvolvimento da arte de grafite para mudar áreas de pichação.

Cita que a repreensão e fiscalização é essencial e importante para identificar os pichadores e então prendê-los, uma vez que estes não desejam mudar e cooperar para que a cultura catarinense prevaleça. *[Taquiografia: Guilherme]*

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Orador) - Destaca sobre a alimentação saudável que envolve as escolas municipais e estaduais.

Fala sobre a Lei de Alimentação Escolar nº 11.947/2009 que organiza o fornecimento da merenda

por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar celebrou 15 anos de contribuição significativa aos estudantes.

Registra que é um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo e também da agricultura catarinense. Lembra que são cerca de 40 milhões de estudantes diariamente atendidos e, por ano, esta ação fornece 10 bilhões de refeições custeadas por um investimento de R\$ 5.5 bilhões. Sendo que são servidas diariamente 50 milhões de refeições para 150 mil escolas brasileiras.

Apresenta dados do programa em Santa Catarina e diz que os estudantes do estado têm se beneficiado diariamente, investindo cada vez mais para o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais.

Fala da parceria entre a Secretaria de Educação e as entidades escolares, afirmando que o programa fortalece assentamentos, comunidades indígenas e quilombolas, gerando qualidade de vida para estas famílias.

Destaca que o programa é essencial para suprir questões que envolvem a fome, citando que o mesmo está relacionado ao bem-estar e qualidade de vida das pessoas. *[Taquiografia: Guilherme]*

Partidos Políticos

DEPUTADO MARCOS DA ROSA (Presidente) - Não havendo oradores inscritos, suspende a sessão até às 16h.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Com a aquiescência dos srs. líderes, presidente faz a inversão da pauta.

Pedido de Informação n. 0192/2024, de autoria do Deputado Mário Motta, solicitando ao Secretário de Estado do Planejamento informações acerca da implementação do Transporte Público Coletivo da Porção Continental da Região Metropolitana de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0193/2024, de autoria do Deputado Padre Pedro Baldissera, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde informações acerca da implementação da Carteira Estadual de Identificação da Pessoa com Fibromialgia.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0194/2024, de autoria do Deputado Marquito, solicitando ao Secretário de Estado da Segurança Pública informações acerca das ocorrências de afogamentos e da estrutura de salvamento aquático.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei números: 0147/2023, 0372/2023 e 0454/2023.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0354/2020, de autoria do Deputado Jair Miotto, que institui a obrigatoriedade da realização de exame Teste Molecular de DNA em

recém-nascidos para a detecção da Atrofia Muscular Espinhal (AME) e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global e subemenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0314/2024, de autoria do Governador do Estado, que institui o Programa Farmácias Solidárias e Comunitárias de Santa Catarina (PFSC).

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa e emenda supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0009/2024, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que suspende a execução dos arts. 176 e 180 da Lei Complementar nº 239, de 2006, que "Institui o Código de Vigilância em Saúde, dispõe sobre normas relativas à Saúde no Município de Florianópolis, estabelece penalidades e dá outras providências", em decorrência de decisão definitiva do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina no Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade nº505239739.2022.8.24.0000/SC.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 0010/2024, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que suspende a execução da Lei Complementar nº 11, de 1995, do Município de Taió, que "Dispõe sobre alteração da Lei Complementar nº 010/95, de 11 de julho de 1995", que "Dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Poder Executivo, e estabelece outras providências", declarada inconstitucional, em decisão definitiva do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, na Ação Rescisória nº 5025553-23.2020.8.24.0000.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 0011/2024, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que suspende a execução do art. 165, XXII, da Lei Orgânica do Município de Balneário Arroio do Silva, na redação dada pela Emenda Revisional Geral, de 26 de setembro de 2017, declarado inconstitucional, em decisão definitiva do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, no Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade nº 5039102-95.2023.8.24.0000/SC.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. n° 206 do Regimento Interno, as Indicações números: 0699/2024, 0700/2024 e 0701/2024 de autoria do Deputado Mário Motta; 0702/2024, 0703/2024, 0704/2024, 0705/2024 e 0706/2024, de autoria do Deputado Sargento Lima; e 0707/2024, de autoria da Deputada Paulinha.

Finda a pauta da Ordem do Dia. [Taquiografia: Cinthia]

Explicação Pessoal

DEPUTADO MARQUITO (Orador) - Manifesta preocupação com a segurança nas praias catarinenses durante o ano todo. Informa que a associação dos guarda vidas civis enviou um ofício para os deputados solicitando mais segurança. Menciona os resgates realizados nos últimos dias em algumas das praias do nosso litoral, ressaltando que ainda não chegou a temporada de verão.

Reforça a necessidade de manter a abertura dos postos com guarda vidas trabalhando o ano inteiro, porque santa Catarina tem turismo praiano o ano todo. Sugere que os governantes devem garantir as condições de trabalho dos guarda vidas civis voluntários, que trabalham muitas vezes sem garantias jurídicas e defende o diálogo para aprimoramento das condições de trabalho, com novos equipamentos, além da remuneração pelos serviços prestados. [Taquiografia: Meibel]

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Reflete sobre a situação que a população catarinense viveu no último sábado, que demonstrou a proporção do medo vivido diariamente pelas grandes cidades do Brasil reféns das disputas entre facções criminosas.

Parabeniza e homenageia as forças de segurança pela célere atuação contra estes atos covardes. Elogia a atuação firme que conteve o avanço da situação e acalmou a população.

Reforça a necessidade de atenção aos investimentos na área da segurança pública, bem como a imperiosa urgência em chamar os policiais militares recém concursados.

Aborda também a ocorrência dos recentes afogamentos nas praias catarinenses e enfatiza a importância de antecipar a operação veraneio, principalmente no que concerne à proteção civil e militar. Informa que protocolou requerimento solicitando, dentre outras coisas, um reforço da campanha de prevenção de acidentes aquáticos e afogamentos.

Celebra o início do processo para a construção da Rodovia Via Mar, paralela à BR-101.
[Taquiografia: Milyane]

DEPUTADO MATHEUS CADORIN (Orador) - Faz uso da tribuna para anunciar que no dia anterior foi encerrado o processo do Programa Você Decide 2, que se lida com a distribuição de recursos das emendas parlamentares impositivas. Diz que foi um movimento limpo e transparente, onde as pessoas puderam exercer seu direito de voto, envolver sua comunidade e direcionar seu voto para instituições nas quais confiam e que sabem que utilizarão adequadamente o dinheiro público. Mostra imagens no telão do plenário para evidenciar alguns relatos e *feedbacks* de todo o estado. Menciona que 22 municípios foram contemplados, 23 projetos vencedores, 56.654 votos válidos, totalizando 5.160.986,61 reais. Cita as três primeiras instituições colocadas: os Bombeiros Voluntários, de Concórdia; o Hospital Filantrópico, de São Bento do Sul; e a Apae, de Orleans.

Refere-se aos afogamentos significativos registrados no estado de Santa Catarina em outubro de 2024, afirmando que houve um aumento de 50% em relação ao ano passado. Apresenta alguns dados numéricos de afogamentos ocorridos no presente mês, e entende que é o momento de manter postos de salvamento nas praias em pleno funcionamento.
[Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO LUNELLI (Orador) - Comenta que após as eleições municipais, concluiu que o "antipetismo" segue como uma força política relevante, mesmo com Lula na Presidência da República. Acrescenta que além dos escândalos de corrupção, também há a questão da incompetência, argumentando que a visão está equivocada e ultrapassada. Entende que a direita cresce por apresentar um novo conjunto de visão aos eleitores. Comenta que bolsas fornecidas pelo governo não desenvolvem um país, mas sim geração de empregos e oportunidades de trabalho.

Entende que Santa Catarina se diferencia por incentivar o empreendedorismo, a segurança, a inovação, a educação, além de preservar os valores e premiar a força do trabalho. *[Taquigrafia: Northon]*

DEPUTADO LUCAS NEVES (Orador) - Relembra que em 2023 foi aprovada lei que trata da caça, manejo e controle do javali em Santa Catarina. Informa que recebeu visita de moradores do Planalto Norte de Santa Catarina, relatando que manadas de javali estão descendo a Serra do Espigão, em direção ao Planalto Norte de Santa Catarina. Alerta para o perigo que este animal vai trazer para a região, afirmando que deve ser combatido através da caça com arma de fogo.

Comunica que há falta de comunicação e informação na região do Planalto Norte, pois os órgãos controladores da região não estão permitindo a caça de javalis. Afirma que a lei já foi aprovada e sancionada em todo o território de Santa Catarina. Informa que solicitou uma audiência para entender o motivo da proibição da caça aos javalis na região do Planalto Norte. *[Taquigrafia: Northon]*

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (Orador) - Traz à tribuna a proposta para a realização de concurso público para a Secretaria de Estado da Agricultura, que hoje é praticamente administrada por profissionais cedidos pela Epagri e pela Cidasc, que também têm dificuldades com o quadro

de funcionários. Preocupa-se com a falta de priorização na área de recursos humanos, falando que a grande força da agricultura do estado vem da pesquisa e da extensão. Ressalta a necessidade da agricultura se reinventar em termos de resiliência climática, reforçando a necessidade de fazer um novo concurso para engenheiros agrônomos, médicos veterinários e técnicos agrícolas. *[Taquígrafa: Rubia]*

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Discorre na tribuna sobre vários avisos que formulou ao longo do mandato, como a criação do Imposto Único (IVA), o SUS da Segurança Pública, a suspensão do decreto das armas, cirurgias de troca de sexo, presos políticos e o crescimento da violência urbana. Questiona quem pagará a dívida pública que chega ao segundo semestre a R\$ 1 trilhão. *[Taquígrafa: Rubia]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Ana]